

3–INFLUÊNCIA DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO PARA O ENSINO SUPERIOR, ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Andressa Lenuska Sousa de Macedo
PPGED–UFRN
andressalenuska@gmail.com

O trabalho analisa repercussões do processo de Globalização que influenciam políticas voltadas para a expansão do ensino superior que contribuíram para o surgimento da modalidade da EaD. O objeto de estudo baseia-se em uma lógica de totalidade, onde as partes são observadas em um todo integrado. As políticas implementadas pelo governo seguem as exigências dos organismos internacionais, utilizadas com estratégias para ajustar a educação aos interesses do capital.

Palavras chave: Globalização; Educação Superior; Educação a Distância

INTRODUÇÃO

O artigo está situado no campo da política da educação. Trata de elementos que relacionam o processo de globalização com a produção do conhecimento e implicações para o ensino superior, mostrando a necessidade das pessoas em se adequarem ao mundo globalizado, respondendo as demandas através da busca de um nível de ensino que os qualifique para o trabalho. Destaca o surgimento da modalidade da Educação a Distância apresentando-se como estratégia favorável de expansão de ensino.

O estudo observa as consequências da globalização para a expansão do ensino superior e concepções de educação a distância e alguns marcos legais que são considerados na modalidade desse tipo de ensino.

Estrutura-se para discutir, na primeira seção, elementos que definem as diferentes concepções de globalização, suas relações com a produção do conhecimento e implicações para o ensino superior; na segunda, enfoca a necessidade de expansão e do acesso da população ao nível do ensino superior, com finalidade de qualificar para o mercado competitivo como forma de possibilitar que os países possam se inserir em um mundo globalizado; a terceira seção discute a Educação a Distância apresentando-se como estratégia favorável de expansão do ensino, pois atende em grande quantidade ao ensino superior, com redução significativa de custos.

Processos de Globalização e o Ensino Superior

Para se entender a política do ensino superior nas sociedades atuais e em âmbito mundial, é necessário observarmos que ela está relacionada às mudanças impostas pelo processo de globalização econômica que circunda o mundo contemporâneo, provocando mudanças no cenário internacional e nacional.

Para Jameson (2001), a globalização não é um fato novo, não está posto como um processo novo, como sendo de ocorrência do início do século XXI, conforme explica:

A primeira baseia-se na opinião de que a tal da globalização não existe, que ainda temos estados-nações e situações nacionais, não há nada de novo sob o sol. A segunda também sustenta que a globalização não é nenhuma novela, sempre existiu globalização, e basta ler uma só página de um livro como *Europe and the People without History*, de Eric Wolf, para verificar que as rotas comerciais dos tempos do neolítico já tinham um âmbito global, com artefatos polinésios chegando até a África e com cacos de louça asiáticos chegando até mesmo ao Novo Mundo. A estas é preciso acrescentar mais duas: a que sustenta haver uma relação entre a globalização e o mercado mundial, que seria o horizonte final do capitalismo, apenas para em seguida acrescentar que as redes mundiais de hoje são diferentes só em grau, e não em espécie; e, uma quarta possibilidade (que penso ser a mais interessante de todas), postula um novo estágio, um terceiro estágio multinacional do capítulo, do qual a globalização, quase sempre associada à assim chamada pós-modernidade, é uma característica intrínseca. (JAMESON, 2001, P. 43).

A partir da ótica de Burbules & Torres (2004), para outros, ainda, a "globalização" é, principalmente, um conjunto de mudanças percebidas, uma construção usada pelos legisladores para inspirar o apoio e retirar a oposição a mudanças, porque alguns organismos internacionais como FMI e do Banco Mundial não deixam escolha ao Estado, além de agir segundo um conjunto de regras que não criou.

Atualmente o termo Globalização é colocado à partir de uma ideia em referência a um processo de integralização, inclusão de todos os países, regiões e pessoas para se adequarem aos novos padrões de desenvolvimento capitalista.

Discutindo o processo de Globalização, Libâneo (2006) afirma que:

O capitalismo lançou-se, no final do século XX, em um acelerado processo de reestruturação e integração econômica, que compreende o progresso técnico-científico em áreas como telecomunicações e informática, a privatização de amplos setores de bens e serviços produzidos pelo Estado, a busca de eficiência e de competitividade e a desregulamentação do comércio entre países, com a destruição das fronteiras nacionais e a procura pela completa liberdade de trânsito para as pessoas, mercadorias e capitais, em uma espécie de mercado universal. Esse processo de aceleração, integração e reestruturação capitalista vem sendo chamado de globalização. (LIBÂNEO, 2006, p.74);

Nesse entendimento, o processo de globalização realimenta o crescimento da competitividade quando proporciona a interdependência entre as economias, acarretando,

segundo Schaff (1995) a dificuldade de existência de políticas econômicas genuinamente nacionais, sugerindo uma dualidade tanto em cooperação quanto em concorrência entre países, pois cada sociedade e política possui o seu ritmo, não necessariamente estando em sincronia com suas iniciativas econômicas. Outro fator importante do processo de globalização é o aumento de produtividade, que estimula as empresas melhorarem seu desempenho quando encaram maior concorrência mundial ou disputam proporções variadas de mercados internacionais.

Buscando explicitar o conceito de globalização, Jameson (2001); ressalta as várias tentativas para explicar o significado da globalização através dos efeitos positivos ou negativos. O autor define cinco níveis distintos da globalização a fim de demonstrar a sua coesão e de tentar integrar uma política de resistência. Os níveis estão escalonados como tecnológico, político, cultural, econômico e social.

As análises sobre o processo de globalização são diversas e o uso do seu conceito remete para múltiplos aspectos e dimensões da vida social. Assim, segundo Castro (2011, p.21), também “pode ser entendido como intensificação das relações sociais que ligam localidades distantes, de tal forma que acontecimentos locais são influenciados por fatos que ocorreram em locais muito distantes e vice-versa”.

Os processos de globalização, seja como forem definidos, parecem ter, conforme Burbules & Torres (2004), conseqüências sérias na transformação do ensino e da aprendizagem, pois estes têm sido compreendidos dentro do contexto de práticas educacionais e políticas públicas que possuem um caráter altamente nacional.

De maneira clara, a crescente integração da economia direciona-se rumo a um mundo sem fronteiras e proporciona evidências consideráveis da redução da capacidade dos governos nacionais controlarem as suas economias ou definirem seus objetivos econômicos nacionais.

Para Burbules & Torres (2004) o mundo encontra-se em uma nova época histórica, uma nova ordem global, em que as velhas formas não estão mortas, mas as novas ainda não estão inteiramente formadas. Ocorre uma influência e, automaticamente, o reflexo dessa influência pode ser recebida, provocando interdependência de ações e conseqüências.

Considerando que para a expansão do capital, também é necessário entender a importância crescente do conhecimento, o processo que subjaz à globalização tem afetado diretamente as políticas educacionais, por sua estreita relação com a preparação para o

mercado de trabalho, o que faz crescer a importância da educação, tornando-a uma das principais estratégias de que os países se utilizam para participar, cada vez mais, do mercado competitivo.

Referente aos efeitos no ponto de vista econômico, a globalização tendem a direcionar políticas educacionais nacionais em uma estrutura neoliberal que enfatiza impostos mais baixos, a aproximação das abordagens de mercado às escolhas escolares; administração racional de organizações escolares; introduzindo a avaliação de desempenho e desregulamentação com a intenção direta de encorajamento de novos provedores de serviços educacionais.

Nesse momento, as instituições educacionais podem ter um papel importante a encaminhar, abordando problemas, levando questões e observações voluntárias e involuntárias que se seguiram ao crescimento de corporações globais, da mobilidade, das comunicações e da expansão global, por exemplo.

Isso tem levado a exigir da sociedade que tenha o maior nível de capacitação das pessoas que trabalham no mercado de trabalho, ou seja, a reestruturação produtiva de hoje, exige que os indivíduos, sejam cada vez mais qualificados no trabalho, a tecnologia da comunicação e informação exige hoje um número maior de conhecimento. Portanto o ensino superior se destaca como fundamental nesse processo.

Ensino Superior: Expansão e Importância da qualificação para o mercado de trabalho

Em um contexto marcado por políticas educacionais afetadas diretamente pela globalização, considerando a importância do conhecimento para a expansão do capital, a educação adquire, segundo Castro & Barbalho (2010), papel instrumental, aumentando a demanda de acesso ao nível superior de educação; exigindo dos países em desenvolvimento a reestruturação dos sistemas educacionais existentes para ampliar a capacidade de atendimento às pessoas ao conhecimento científico.

A compreensão de que o conhecimento é fundamental para o desenvolvimento das sociedades capitalistas na atualidade e a noção de que uma economia para ser forte tem que ser baseada no conhecimento, não está no fato, apenas, das pessoas terem acesso a

informação, mas também ao nível cognitivo de processamento dessas informações, isso tem levado os países a repensarem as políticas para os seus sistemas de ensino superior.

No início dos anos 1970 deu-se início ao que Antunes(2009), chamou crise do fordismo e do keynesianismo. Segundo ele:

Ela exprimia, em seu significado mais profundo, uma crise estrutural do capital, em que se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro. [...]. Era também a manifestação, tanto do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrolabilidade do sistema de metabolismo social do capital. Com o desencadeamento de sua crise estrutural, começava também a desmoronar o mecanismo de “regulação” que vigorou, durante o pós-guerra, em vários países capitalistas avançados, especialmente na Europa. (ANTUNES, 2009, p.33).

Ainda segundo o autor, como resposta a crise, inicia-se um novo processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, desregulamentação dos direitos do trabalho e ao desmonte do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte: a isso se seguiu também um processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (Antunes, 2009).

Surge uma mudança nesse modelo. O trabalhador, entre outras atribuições, transforma-se em um executor de tarefas, é convidado a participar apenas no sentido superficial, surgindo a figura do colaborador, traduzida no sentido que o cidadão apenas controla as ações do seu colega de trabalho, pois não participa do planejamento geral, apenas tem a falsa ideia de que participa, no entanto apenas serve para cobrar de si próprio e do seu colega de trabalho. Objetivo dessa postura capitalista é exterminar com a luta de classes, trazendo uma nova forma de gestão.

O processo de globalização e a reestruturação produtiva, nos últimos anos, determinou relações econômicas mais flexíveis e voltadas à operacionalização direta no processo de trabalho. Nessa perspectiva, Barbalho (2007) destaca:

A reestruturação produtiva e o processo de globalização, nas últimas décadas, determinaram relações econômicas flexíveis, respondendo ao novo formato assumido pelas economias mundializadas, delineado em meio a um movimento tão rápido como jamais se viu na história. Associada a tantos eventos, vem a se desencadear a redefinição do papel do Estado, apoiada em princípios neoliberais que passam a orientar as relações deste com a sociedade civil e com a sociedade

política. A base técnica, caracterizada pela eletroeletrônica que fundamenta o novo modelo de produção, à partir de meados de 1970, no qual o toyotismo é uma das maiores expressões, produziu também modificações no processo de trabalho traduzidas na solicitação de novas formas de produção e de uso do conhecimento para ampliá-lo e torná-lo mais rápido e eficiente. (BARBALHO (2007, P.53)

O que temos hoje em dia é um novo modelo, é o processo de acumulação flexível, que traz novas demandas ao trabalhador: necessidade de você ser mais criativo, mais inovador; então tudo isso faz com que esse contexto tenha repercussão para o ensino do ensino superior.

Nesse sentido, Harvey (2008) afirma que a liberdade pessoal e individual no mercado deve ser garantida a cada indivíduo, que é julgado responsável por suas próprias ações e por seu próprio bem-estar, do mesmo modo como deve responder por eles. Esse princípio é aplicado, por exemplo, aos domínios do bem-estar social, da educação e da assistência à saúde. O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais, em vez de serem atribuídos à própria lógica do sistema capitalista.

Segundo Castells (1999), quem é empreendedor terá condição de empregabilidade, e assim existe a responsabilização do indivíduo por não ter conseguido um emprego, retirando do Estado a obrigação de favorecer um estado de bem-estar social. Estimulando a disputa entre as pessoas, a lógica estruturante estimula essa postura. O Estado se omite enquanto era para dar um retorno referente a demanda que deve ser atendida pois é sua função.

A mudança na economia mundial provocou reformas no setor educacional, para adaptar o setor a fim de atender os requisitos de qualificação, tanto no mercado de trabalho nacional quando no mercado mundial. Tencionando amenizar as dificuldades econômicas, os países cedem e direcionam seu foco para a redução de investimentos na área educacional, ocasionando redução de salários e proporcionando uma formação para o mercado de trabalho por meio de programas de educação a distância.

Para Cabral Neto & Castro, (2009) há o argumento que:

O acesso ao ensino superior torna-se uma necessidade não só para ampliar o acesso ao conhecimento a setores mais amplos da população, mas também porque pode contribuir para o desenvolvimento dos países, notadamente aqueles que se encontram em defasagem em relação aos países desenvolvidos. (Cabral Neto & Castro, (2009, p. 99-100)

Também argumenta-se que a ampliação do sistema de educação superior, deve-se ao fato de que países que competem no mercado global, devam expandir o nível do ensino, então as instituições são criadas para atender a esse mercado, variam conforme a finalidade, estabelecendo-se como instituições sem fins lucrativos ou com propósitos filantrópicos, ou como geradoras de lucros e que são geridas segundo os métodos e práticas de mercado.

Ou seja, atendendo diretamente as orientações dos organismos neoliberais no sentido de redução de custos, com finalidade de atender ao mercado concentrado de trabalho e gerador de lucros, buscando a qualificação da mão de obra humana, através da ciência e desenvolvimento de novas tecnologias, buscando o avanço da informação.

Tendências e mudanças que vem norteadando o modelo de ensino superior, que historicamente é centrado nas universidades, que são o ensino, pesquisa e extensão, mostram evoluções que serão desdobradas em ações que serão efetivadas como políticas para o ensino superior.

Segundo Porto & Régnier (2003), no que se refere às características do setor educacional:

[..] as mudanças passam do modelo organizacional fechado do ensino superior, para um modelo desregulamentado, onde se detém apenas a comunidades locais voltadas a especializar o aluno, implicando em desaparecimento e fusão das universidades; referente às mudanças na estrutura do setor educacional, surge a figura das universidades corporativas, empresas instrucionais(que são empresas prestadoras de serviços às universidades no domínio do ensino superior) e entidades de intermediação, que funcionam voltadas para estabelecer a comunicação entre os provedores de educação superior e os consumidores. (PORTO & RÉGNIER 2003, p. 19-20)

Os autores também esclarecem sobre mudanças das relações da universidade com a sociedade, atenta para a mudança no seu papel clássico de ensino para o atendimento a outras funções de interesse da sociedade, mudanças voltadas para a interação entre o seu modelo organizacional e o ambiente externo; desencadeando também a mudança da natureza da prestação dos serviços acadêmicos, para a aprendizagem continuada e aprendizagem assíncrona.

No Brasil, por exemplo, Soares (2002) destaca o crescimento de matrículas em cursos de graduação oferecidos por instituições de ensino superior brasileiras entre os anos de 1990 e 2000, revelando crescimento de 75%, sendo entretanto, decrescente a participação da rede federal. O resultado foi que ao fim dos anos 2000, apenas 33% dos alunos universitários estavam ligados a universidades públicas. Por outro lado, foi

marcante o crescimento das redes estaduais e privadas cujas matrículas aumentaram 71% e 88%, respectivamente.

A realidade demonstra que as universidades estão perdendo espaço cada vez mais, enquanto forma de organização, para a oferta do ensino superior. Cabral Neto & Castro (2011) observam que:

Estão surgindo outros formatos de instituições que diferem em funções e objetivos, permitindo expansão dos sistemas em instituições voltadas essencialmente para o ensino, viabilizando um modelo de educação superior marcado pela flexibilização, diversificação institucional e pela preponderância do privado sobre o público. No cenário exposto há uma reorientação de credos que até a década de 1990 balizaram as políticas para o setor, entre eles o de que a educação superior deveria ser um direito e que o Estado deveria ser o provedor da educação. (CABRAL NETO & CASTRO, 2011, p. 35)

Hoje o ensino superior no Brasil se concentra nas universidades privadas e uma grande percentagem da população está na universidade pública; para atender a demanda do Ensino Superior, nesse processo, das pessoas quererem se qualificar para o mercado de trabalho, necessidade do país se inserir no mundo competitivo globalizado, há que se ter isso no Ensino Superior. Fazendo isso na forma presencial, a demanda é tão grande que não se alcança, então surge a Educação a Distância como forma para atendimento a essa demanda.

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO MODALIDADE DA ESTRATÉGIA DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

No contexto das atuais políticas educacionais, marcado pela ampliação do uso da Educação a Distância, observa-se que essa modalidade tem oportunizado a expansão do ensino superior nos setores público e privado, com tendência de crescimento para este último. Com isso, constata-se a presença dos mecanismos de redução de investimentos por parte do Estado enquanto provedor da educação para a população.

Importante destacar que a educação a distância recebeu vários nomes em diversos países, como estudo por correspondência no Reino Unido, estudo em casa e estudo independente nos Estados Unidos, estudos externos na Austrália, telensino ou ensino a distância na Espanha, teleducação em Portugal.

Várias definições são dadas para a educação a distância, porém alguns pontos são comuns a quase todas elas, que é “a educação a distância é uma modalidade de educação em que professores e alunos estão separados, planejada por instituições e que utiliza diversas tecnologias de comunicação” (Maia & Mattar, 2007). Tecnologias essas que geram maior interatividade entre os alunos entre si e com os professores, possibilitando a combinação de flexibilidade da interação humana com a independência no tempo e no espaço.

Deve-se atentar, segundo Cabral Neto & Castro (2009) para não simplesmente importar fórmulas que, mesmo válidas em países desenvolvidos, podem não surtir os mesmos efeitos quando aplicadas em países com culturas diferentes. É necessário que se observe a relação com a atual política governamental, que traz implícita a ideia de diminuição dos serviços do estado no que se refere às políticas públicas, afetando o setor educativo com a redução de verbas, em consequência da crise que se instaura no atual momento e dos ajustes econômicos dela decorrentes.

Defende-se a necessidade de “se implantar educação de qualidade social para toda a população brasileira, que promova desenvolvimento em escala humana, seja presencial ou a distância”, e não uma educação atrelada às demandas do mercado e fundada em uma visão economicista da educação. Cabral Neto & Castro (2009, p. 88).

Não se trata de minimizar a estratégia de ampliação ao acesso da população a educação formal, mas, deve-se estar atento às suas limitações, principalmente quando utilizada sem o devido investimento de recursos financeiros e pedagógicos.

A educação a distância ganha destaque no contexto das reformas educacionais, pelas suas características de não haver necessidade da presença física do professor e do aluno ao mesmo tempo, favorecendo a possibilidade de o aluno realizar a sua aprendizagem independentemente, com flexibilização de tempo. As pessoas podem, segundo Maia & Mattar, (2007):

Acessar a internet e usufruir das novas tecnologias em qualquer lugar, no momento que desejarem, pois não há mais ponto fixo de acesso ao aprendizado, e as pessoas podem aprender mesmo quando estão em movimento, deslocando-se. (MAIA & MATTAR, 2007, p.121)

Portanto, a educação a distância deve ser um meio favorável, quando bem planejada e utilizando as tecnologias contextualizadamente, para garantir melhores oportunidades de aprendizagem a todos aqueles que a procuram.

Esse modelo de educação reforça-se quanto a estrutura, que deve atentar para os conteúdos e atividades pré-programadas, predominância de atividades individuais em relação às interativas, a decretação da falta de sentido para o conceito de turma, entre outros.

No entanto, Castro (2005), observa o cuidado que deve-se ter quanto a sua finalidade social:

E preciso ter o entendimento de que a educação a distância não pode ser concebida, apenas, como um sucedâneo da educação presencial. Sua função social não se resume em promover a ampliação do número dos que têm acesso à educação. Mas é, sobretudo, como um instrumento de qualificação do processo pedagógico e do serviço educacional que a educação a distância traz uma fundamental contribuição. (CASTRO 2005, p.112)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovada em 20 de dezembro de 1996 (Lei no 9.394/96), constitui-se em marco de referência para o início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil. Na verdade, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir do seu primeiro mandato (1995-1998), deu início a uma ampla reforma que objetivou modificar o panorama da educação no país, particularmente da educação superior. Nesse sentido, promoveu a elaboração e a aprovação de um arcabouço legal capaz de alterar as diretrizes e bases que davam sustentação ao modelo que vinha sendo implementado desde a reforma universitária de 1968.

O artigo 80 na íntegra, bem como os quatro parágrafos correspondentes, versa sobre o incentivo, desenvolvimento e veiculação englobando os níveis e modalidades de ensino e de educação continuada:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada. § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. § 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância. § 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. § 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá: I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público; II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

Tenta-se assim, atingir ao maior número de pessoas com esse sistema, contribuindo para o acesso à informação, no entanto não está clara uma posição acerca da fiscalização e normatização dos mecanismos para criação de cursos com infra-estrutura mínima e instalação da modalidade nas instituições.

A Lei de diretrizes e bases nº 9394/96 introduz uma abertura de grande alcance para a política educacional de educação a distância, à medida que atribui ao poder público o papel de incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino, e de educação continuada. Prevê que a educação a distância, considerando a sua especificidade, deverá ser organizada com abertura e regimes especiais.

Ainda no artigo 80 do parágrafo 3^a, a Lei estabelece que a produção, controle e avaliação dos programas de educação a distância bem como a autorização para a implementação destes, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre eles.

A realidade do governo brasileiro é a de que quando tenta expandir por meio da educação a distância, o ensino superior, desregulamentado quanto a normatização do funcionamento, na verdade está apenas comprovando a ausência de políticas sólidas e o encaminhamento apenas para o atendimento de uma educação superior com finalidade de atender a demanda de mão de obra.

No artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases, que trata da questão da educação a distância, foi regulado pelo Decreto 2494/98 sem a participação e discussão dos setores interessados. E a normatização do credenciamento de instituições para a oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância foi objeto da Portaria nº301/98. Esses dispositivos colocam, ainda, em evidência que os sistemas estaduais e municipais podem legislar sobre o ensino fundamental e médio a distância, incluindo-se a educação de jovens e adultos e a educação profissional em nível técnico. Para a educação superior, o governo federal tem a responsabilidade de legislar (Castro 2004).

O artigo 1º do Decreto 2494/98, segundo Lobo Neto (2000) conceitua a educação a distância

Como uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem, com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, apresentados em diferentes suportes de informação, utilizados isoladamente ou combinados e, veiculados pelos diversos meios de comunicação. (LOBO NETO, 2000, p.41)

Observa-se a presença da tendência pedagógica tecnicista, preocupada em moldar o comportamento humano, colocando o indivíduo isolado como centro do processo educativo, responsável pelo seu próprio processo de formação.

Uma questão polêmica discutida na educação a distância é a validade e certificação de diplomas obtidos por meio da educação a distância, tanto em nível nacional como aqueles obtidos em instituições estrangeiras. Mas o Decreto 2494/98, no artigo 5º, reconhece que estes, se forem expedidos por instituições credenciadas e registradas na forma da lei, terão validade nacional. No caso de instituições estrangeiras, os certificados e diplomas terão que ser revalidados para gerarem efeitos legais. Essa mesma Portaria, normatiza os procedimentos de credenciamento das instituições para oferta de cursos de graduação e educação profissional tecnológica a distância, sendo para esse caso, a solicitação a ser enviada ao Ministério da Educação e do Desporto.

Uma polêmica é instaurada quando a Portaria supracitada descentraliza ações para Estados e Municípios e reserva para a União o direito de credenciar as instituições para o nível superior e definir diretrizes para exames e registros de diploma, o que Castro (2005, p.116) classifica como uma “postura centralizadora, típica dos modelos de descentralização que vem sendo adotados no contexto da reforma educacional”. Entre uma série de requisitos que deverão ser considerados, está a exigência de um projeto pedagógico e estipulação do tempo para cinco anos, prazo para que a instituição comprove mérito para estar credenciada.

A estratégia da educação a distância, como modalidade de ensino é uma estratégia favorável, para atender em grande quantidade ao ensino superior, com redução de custo, trata-se de alternativa que o governo tem utilizado para atender a essa demanda.

Reforçando esse pensamento, Cabral Neto & Castro (2009), explicam que:

A conjuntura econômica e política das últimas décadas e a crise estrutural dela decorrente, associadas a uma maior demanda pelo ensino superior e à incapacidade de atendimento pela modalidade de educação presencial, reforçam a defesa da adoção da EAD como alternativa para possibilitar o acesso a população à educação superior. (CABRAL NETO & CASTRO, 2009, p.93).

Segundo a Associação Brasileira de Educação a Distância, (ABED, 2006, P.1), Educação a distância, EaD, é a modalidade de educação em que as atividades de ensino-aprendizagem são desenvolvidas, em sua maioria, sem que alunos e professores estejam

presentes no mesmo lugar à mesma hora. O que diferencia a EaD praticada hoje da praticada tempos atrás, são os meios disponíveis e adequados em cada época.

As tecnologias disponíveis em cada momento histórico influenciaram a sociedade, em particular a educação. Nesse sentido, a EaD foi situada em termos de geração; embora que não há consenso em relação a essa divisão; alguns autores mencionam a existência de cinco gerações e observam que a quinta geração visa tirar maior vantagem dos recursos da internet e da web, através do desenvolvimento e da implementação de sistemas (softwares) educacionais, sistemas de orientação pedagógica e sistemas de negócios, todos automatizados, oportunizando ensino superior com o acesso on line.

Na perspectiva de abertura a demanda, Castro (2005) mostra que podem-se diversificar e ampliar as ofertas de cursos que se adaptem aos níveis e estilos diversos de aprendizagem, atender a uma numerosa população, oferecer oportunidade de formação adaptada às exigências atuais, a quem não pode e não teve oportunidade de iniciar e concluir a sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar que a influência da globalização sobre as políticas e práticas educacionais tem efeitos múltiplos e conflitantes. Nem todos esses efeitos podem ser classificados simplesmente como sendo ou não benéficos, e alguns deles estão sendo moldados por tensões e lutas ativas.

As políticas que são implementadas pelo governo caminham no sentido de atender as exigências dos organismos internacionais, com ênfase nos aspectos econômicos, utilizadas com estratégias para ajustar a educação aos interesses do capital do que realmente qualificar os que buscam o nível de ensino superior para desenvolverem com competência o seu papel.

Na atualidade há um consenso acerca da necessidade dos governos adotarem novos modelos de cursos universitários, voltados para a abertura de novas vagas na graduação de instituições públicas e privadas, de forma que ocorra expansão do ensino através de instituições superiores e de outros formatos que gozem de autonomia para se dedicar exclusivamente ao ensino superior.

Observamos a criação de um novo perfil de estudante de graduação no Brasil, que é o estudante com tempo parcial para o estudo, pois alterna entre a sua profissionalização e o trabalho durante os períodos, possui necessidade econômica ou social; são alunos que não dispõem de horas para se dedicar a pesquisa e extensão, que muitas vezes são cedidos nos seus horários de trabalho para estudarem em universidades, e assim poderem retribuir aos seus padrões uma produção com eficiência dentro do seu espaço de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo-SP. Boitempo editorial. 2009.

BARBALHO, Maria Goretti Cabral. A educação superior: tendências e estratégias de expansão na América Latina e no Brasil. **In:** Cabral Neto, Antônio; CASTRO, Alda Maria D. Araújo; França, Magna; QUEIROZ, Maria Aparecida de. **Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais..** Brasília-DF, Liber Livro editora: 2007, p.51 – 84.

BARBALHO, Maria Goretti Cabral; CASTRO, Alda Maria Duarte. Globalização e educação superior: discutindo tendências de internacionalização. **In:** CABRAL NETO, Antônio; REBELO, Maria da Piedade Pessoa Vaz. **O ensino superior no Brasil e em Portugal: perspectivas políticas e pedagógicas**. Natal, RN, EDUFRRN: 2010, p. 47 -72.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior: 2006 e 2007**. Brasília, DF, 2007 a.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional – LDB 9.394/96**. Brasília, 1996

BURBULES, Nicholas C. & TORRES, Carlos Alberto. **Globalização e Educação: Perspectivas críticas**. Porto Alegre: 2004. Artmed Editora, pp. 11-2

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: A sociedade em rede**. 5ª Ed. São Paulo. Paz e Terra. Vol 1. 1999.

_____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: O poder da identidade**. 5ª Ed. São Paulo. Paz e Terra. Vol 2. 1999b.

_____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura: Fim de milênio**. 5ª Ed. São Paulo. Paz e Terra. Vol 3. 1999c.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. **Política de Educação a Distância: Uma estratégia de formação continuada de professores**. Natal, RN; EDUFRN – Editora da UFRN. 2005.

_____.”A expansão e o acesso ao Ensino Superior: os novos desafios da educação brasileira”. **In: FARIAS, Maria da Salete Barboza; FRANÇA, Magna; SOUSA JÚNIOR, Luiz (Orgs). Políticas de Gestão e Práticas Educativas: a qualidade do ensino**. Brasília: Liber livro, 2011, p. 19-36.

CABRAL NETO E CASTRO. Educação a distância como estratégia de expansão do ensino superior no Brasil. **In: CHAVES, Vera Lúcia Jacob; CABRAL NETO, Antonio; NASCIMENTO, Ilma Vieira (Org.). Políticas para a educação superior no Brasil: velhos temas e novos desafios..** São Paulo: Xamã, 2009. P. 85-108.

JAMESON, Fredric. Globalização e estratégia política. **In: SADER, E. (Org.). Contracorrente: o melhor da New Left Review em 2000**. Tradução Maria Alice Máximo. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 133-158.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. Tradução Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas estrutura e organização**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOBO NETO, Francisco José da Silveira. Educação à distância: regulamentação. V.1. Brasília, DF: Plano; Rio de Janeiro: ABT, 2000.

MAIA, Carmen; MATTAR, João. ABC da Ead: a educação a distância hoje. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 1.ed.

PORTO, Cláudio; RÉGNIER, Karla. **O Ensino superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003 – 2005**. Brasília-DF, 2003.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática**: as conseqüências sociais da Segunda Revolução Industrial. Trad. Carlos Eduardo Jordão Machado e Luis Arturo Obojes. 4ª edição. São Paulo. Brasiliense. 1995

SOARES, Maria Susana Arrosa (Org). A educação superior no Brasil. Brasília – DF. CAPES, 2002. V.1.

Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002311.pdf>

UNESCO. **Política de Mudança e desenvolvimento do Ensino Superior**. Lisboa, 1999. Texto adotado pela Conferência Mundial sobre a Ciência - traduzido e editado pela Comissão Nacional da UNESCO.

Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001297/129768porb.pdf>>, Acessado em 5 de dezembro de 2012.